quada a elas garantimos o futuro de uma nação alfabetizada plenamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHIARELLI, L. K. M; BARRETO, S.J. A importância da musicalização na educação infantil e no ensino fundamental. Disponível em:< http://www.deliamatos.com.br/uploads/1/3/1/5/13157813/a_importncia_da_musi calizao_na_educao_infantil_e_no_ensino_fundamental.pdf>. Acesso em: 02 abr 2016.

CINTRA, R. C. G.G. Educação especial e dança: um diálogo possível. Campo Grande: UCDB, 2002.

GOMES, A. M. P. M; SIMÕES, A. A Música e a Criança com Distúrbios de Comunicação e Linguagem. 2007. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação em Educação Especial). Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, Porto, Portugal.

GONÇALVES, T. F. Questões acerca da arteterapia. IN: SEI, M. B.; GONÇALVES, T. F. Arteterapia com grupos, aspectos teóricos e práticos. 1ª Ed. São Paulo:

Casa do Psicólogo, 2010, p. 27- 44.

INAF. Instituto Paula Montenegro. Disponível em: <http://www.ipm.org.br/ptbr/programas/inaf/relatoriosinafbrasil/Paginas/inaf2011_2012.aspx>. Acesso em: 15 abr 2016.

PAÏN, Sara. JARREAU, Gladys. Teoria e Técnica da Arteterapia. Artmed, SP, 2001.

PEREIRA, K. H. Como usar artes visuais na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2009.

RAPPAPORT, C. R. Teorias do Desenvolvimento: Conceitos fundamentais. v.1. São Paulo: E.P.U., 1981

UNESCO, Relatório de Monitoramento Global, 2014. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002256/225654por.pdf>. Acesso em: 15 abr 2016.

WINNICOTT, D. W. A criança e o seu mundo. Rio de Janeiro – RJ: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL I

TALITA SANTONI MIOTTO

RESUMO

E em muitos casos, de acordo com essa definição, os profissionais da educação ou mesmo seus pais, rotulam as crianças como se elas não fossem capazes de aprender. A perspectiva metodológica desta pesquisa visa privilegiar as análises, a partir da necessidade de compreender as causas da dificuldade de aprendizagem e a relação escola-família e suas consequências, baseados na fundamentação teórica de autores concernentes ao tema tratado em várias referências bibliográficas. Essa observação também se deu através de entrevistas com uma mãe de aluno e uma professora que enfrenta ou enfrentou problemas de dificuldade de aprendizagem com seu filho/aluno, na rede pública para que se tenha fundamento mediante uma observação dos pensamentos dos envolvidos na educação, o foco foi o ambiente familiar e as consequências

deste na vida da criança, independente de um ambiente ser positivo ou negativo. Fazendo um estudo baseado na teoria de vários autores, houve uma incitação para o tema do capitulo três que é sobre a relação escola, professor, e a família, não deixando de levar em consideração o aluno, que é o eixo central da pesquisa. A análise da família e do relacionamento entre seus membros é uma atividade complexa, que requer um olhar pedagógico diferenciada, já que a rede familiar está inserida num contexto sóciohistórico desde os primórdios dos tempos e sofre influências de diversos problemas, que acabam por influenciar direta ou indiretamente na rotina da família, e consequentemente deixando transparecer na relação com os filhos ou ainda na vida escolar destes enquanto alunos, de maneiras que ocorra algumas dificuldades que podem ser minimizadas ou ainda agravadas. Partindo desses pressupostos, e observando os fenômenos que interferem nesta realidade a pesquisadora sentiu-se instigada a aprofundar nesta temática que procurará entender as interferências das relações familiares no âmbito escolar e no processo de aprendizagem dos alunos. Essas dificuldades decorrem principalmente de quando o aluno não assimila o conteúdo teórico, o qual a escola tem o dever de transmitir, mesmo que desconectado da realidade em que a criança vive.

Palavras-Chave: Família, Relacionamento. Alunos. Aprendizagem. Escola.

1.INTRODUÇÃO

Neste trabalho abordaremos aspectos que tragam discussões e reflexões sobre a importância da família e da escola na educação no ensino fundamental l, abordaremos também algumas questões centrais como: história social da criança e da família, processo educacional da criança, história da educação no ensino fundamental l, como é a comunicação entre a família e a escola.

A família vem se modificando desde início da idade moderna e com a revolução industrial e a consequente entrada da mulher no mercado de trabalho, os filhos acabaram ficando aos cuidados de creches, avós, empregados e vizinhos, ao mesmo tempo em que os pais ficam mais tempo afastados dos filhos, não tendo a oportunidade de acompanhá-los durante todo o dia e principalmente em sua vida escolar.

A importância da família na vida dos educandos é fundamental para fornecer as bases para um bom desenvolvimento psicossocial da criança. É de grande importância relacionar educação e família, pois são peças fundamentais na vida da criança, é na família que ela busca apoio, compreensão, carinho, amor e atenção, e na escola, ela busca o conhecimento, mas ambas são instâncias que irão colaborar conjuntamente para formação humana da criança.

Hoje há por parte da família, em muitos momentos, uma confusão sobre o seu papel e o papel da escola. Muitas se esquecem de que a escola sozinha não é responsável pela formação de seus filhos, mas sim complementar ao papel da família. Educar é promover o crescimento e o amadurecimento da pessoa humana em todas as suas dimensões material, intelectual e moral, por isso, educação não se aprende apenas na escola, mas sim na so-

ciedade em que o indivíduo está inserido e na família. Sem dúvida a educação é a base do ser humano e é a melhor herança que os pais devem deixar aos filhos, e esta ninguém poderá roubar ou destruir.

A família se envolve com a escola, e a escola se envolve com a família, podemos ver que uma não vive sem a outra, elas caminham juntas, se completam. A escola e a família, independente de sua formação, pai e mãe, tio e tia, pessoas do mesmo sexo, avôs e avós, pais adotivos, dentre outras possibilidades de composição familiar são instituições que têm em comum preparar a criança para se inserir na sociedade e assim possibilitar a continuidade da vida social e preparar o indivíduo para várias situações do dia a dia. E são elas os primeiros contatos com o mundo e com a vida, os ensinado regras, costumes, linguagens e possibilidades.

O processo de construção do desenvolvimento é um caminho longo e às vezes cansativo, a família e a escola devem ser perseverantes para que futuramente possamos ter seres humanos bem formados.

Na atualidade podemos observar que algumas leis abordam pontos importantes para que se cumpram os deveres da família, da escola e da sociedade, tais como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocálos a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Neste sentido, a escola e as famílias têm por finalidade educar, orientar, disciplinar as crianças, criando pensamentos e opiniões críticas para se viver bem na sociedade, ou seja, possibilitar a formação de sujeitos com autonomia de pensamento, visão crítica a respeito de si e da sociedade em que está inserido e capaz de colaborar para a construção de um mundo social mais justo. Esse tema vem para mostrar que tanto a escola como as famílias caminham juntas na construção do ser humano, as pessoas não vivem e nem nascem sós, elas vem de uma família ou de um conjunto de pessoas que as auxiliam em sua formação social.

Com o objetivo de desenvolver essa temática sobre a importância do envolvimento familiar na educação no ensino fundamental l pretendemos estudar a história da criança, escola e da família; compreender quais são as responsabilidades da família no processo educacional; discutir a relação família/ escola: como os pais devem participar da vida escolar dos filhos; e a formação da personalidade da criança e as responsabilidades dos pais e da escola.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa realizaremos uma revisão bibliográfica sobre os autores que abordam a importância do envolvimento familiar no processo educacional da criança focalizando a nossa atenção na educação no ensino fundamental l.

Ao estudar esse tema em uma

monografia pretendemos mostrar que é importante abordar sobre a participação da família na formação educacional dos filhos, compartilhar experiências com os professores, diretores e coordenadores de escola, pois como profissionais da educação lidaremos com os pais de diversos tipos e personalidades, e é em pesquisadores especialistas em educação no ensino fundamental l, que buscaremos apoio em toda nossa carreira como profissionais da educação.

2. A EDUCAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL l TEM CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS

A criança como ser social faz-se indivíduo ao mesmo tempo em que incorpora formas maduras de atividade de sua cultura. Individualiza-se e se socializa ao mesmo tempo em que internaliza as formas culturais, as transforma e intervém no universo que o cerca.

Ainda no século XX, Wallon destaca o valor da afetividade e a diferença que a criança começa a relacionar com si mesma e com os outros. No desenvolvimento humano podemos identificar a existência de etapas claramente diferenciadas, caracterizadas por um conjunto de necessidades que garantem coerência e unidade, a cada idade da criança estabelece-se um tipo particular de interação entre o sujeito e seu ambiente, conforme as disponibilidades de idade, a criança interage mais fortemente com um ou outro aspecto de seu contexto como (aspectos físicos do espaço, pessoas próximas e linguagem), retirando dele os recursos para seu desenvolvimento. Contudo o meio não é, portanto, uma entidade estática e homogênea, mas transforma-se juntamente com a criança. (GALVÃO, 1995).

Para Oliveira (2008), na década de 50 do século XX, particularmente, observa-se que após a Segunda Guerra Mundial, novas preocupações surgiram com relação à situação social da infância. Começa a surgir a ideia da criança como portadora de direitos, que aparece expressa na Declaração Universal dos Direitos da Criança, promulgada pela ONU em 1959, em decorrência da Declaração Universal dos Direitos Humanos, apresentada em 1948. A expansão dos serviços na educação no ensino fundamental l, na Europa e nos Estados Unidos foi influenciada cada vez mais por teorias que apontavam o valor do desenvolvimento precoce da criança a partir do nascimento.

No Brasil, a educação no ensino fundamental l, tem características próprias, pois no século XIX, o atendimento de crianças pequenas, longe da mãe, em instituições como creches ou parques infantis praticamente não existia . Era na zuna rural que famílias de fazendeiros assumiam o cuidado de inúmeras crianças órfãs ou abandonadas, geralmente frutos da exploração da mulher negra e índia pelos senhores barões brancos. Já na zona urbana, bebês abandonados pelos pais, por vezes filhos ilegítimos de moças pertencentes a famílias com prestígio social, eram recolhidos nas rodas dos expostos como já citado neste trabalho.

Essa situação mudou na segunda metade do século XIX, período da abolição a escravatura no Brasil, quando se acentua a imigração para a zona urbana das grandes cidades e surgem condições para certo desenvolvimento cultural e tecno-

lógico e para a proclamação da República como forma de governo. (OLIVEIRA, 2008).

Na metade do século XX, o aumento da urbanização e industrialização dos centros urbanos estavam em grande avanço, surgiu uma grande mudança na estrutura familiar e no cuidado dos filhos pequenos, a maioria da mão-deobra masculina estava na lavoura, as fábricas criadas na época tiveram que admitir grandes números de mulheres no trabalho industrial, onde esses números cresceram cada vez mais com o tempo, e em consequência deixavam seus filhos a cuidados de creches que estavam se iniciando naquela época. Esses parques infantis como chamavam, atendiam em período integral, onde foi procurado por empregadas domésticas, trabalhadoras do comércio e funcionárias públicas.

Na década de 80 e 90 do século XX, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve a expansão do número de creches e préescolas e algumas melhorias no nível de formação de professores, cuja creche que, embora reconhecida como instituição educacional, permanecia muito identificada com a idéia de favor e de situação de exceção.

A década de 90 do século XX, assistia alguns novos marcos, um deles foi à formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que concretizou as conquistas dos direitos das crianças promulgadas pela constituição. Nesse período, a coordenadoria de Educação no ensino fundamental l, (Coedi) do MEC desenvolveu, por meio da promoção de encontros, pesquisas e publicações, importante papel de articulação de uma política nacional que garantisse os direitos da população até 6 anos de idade a uma educação de qualidade em creches e pré-escolas.

Esses fatos prepararam o ambiente para a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei 9394/96, que estabelece a educação no ensino fundamental l, como etapa inicial da educação básica, conquista histórica que procura tirar as crianças pequenas e pobres de seu confinamento em instituições vinculadas a órgãos de assistência social.

Historicamente, a família tem sido considerada o ambiente ideal para o desenvolvimento e a educação de crianças pequenas. Essa é a posição de alguns sistemas educacionais, que sustentam que a responsabilidade da educação dos filhos, particularmente quando pequenos, é da família, e assumem um papel de meros substitutos dela, repetindo as metas embutidas nas práticas familiares. Hoje, a aproximação da instituição educativa com a família leva-nos a repensar a especificidade de ambas no desenvolvimento da criança, são ainda muitos os discursos sobre o tema que tratam a família de modo contraditório, considerando-a ora como refúgio da criança, ora como uma ameaça ao seu pleno desenvolvimento, mas em geral, tais discursos pouco levam em conta os fatores econômicos e sociais que presidem a organização familiar, a divisão de tarefas no lar, o tempo que cada membro da família pode dedicar à criança. (OLIVEIRA, 2008).

Segundo Szymanski (2010), o ponto de partida para um trabalho sistemático com as famílias é a consideração dessa instituição como construção social e histórica, cuja missão lhes foi imposta pelas

sociedades nas quais está inserida, só com essa perspectiva clara é que se pode partir para um conhecimento sistemático das informações e habilidades necessárias para o desempenho dessa missão e transcender o mito de sua capacidade natural de educar os filhos. Esse mito transpassa os planos públicos de atenção às famílias, bem como as instituições e, em particular a escola.

Para Oliveira (2008), muitas instituições de educação no ensino fundamental l, veem o lar como um conjunto de tensões, como refúgio onde reina a harmonia e onde todos os membros partilham os mesmos interesses, muitas dessas famílias passam a imagem de uma família nuclear, na qual o pai cuida e provê meios de sustentação física e econômica, a mãe cuida da educação dos filhos, do lar, e da harmonia dessa família, para o bom desenvolvimento no ensino fundamental l,.

Segundo Aranha (1996), a educação que recebemos é exercida pelas pessoas que nos circundam. A partir dos modelos sociais em que vivemos, desde que nascemos, estamos em processo de aprendizagem, dessa forma, as formas de educar e os fins da educação mudam com o tempo, de acordo com as existências da sociedade em que se vive.

A família nessa perspectiva é umas das instituições responsáveis pelo processo de socialização exercida pelos pais os transmissores, e desenvolvidas junto aos receptores, os filhos. Tais práticas concretizam ações contínuas e habituais, ou seja, onde as práticas educativas têm finalidades de transmissão de saberes, hábitos e conhecimentos, calcados em valores e crenças. Mas esse processo modificou-se com passar do tempo e a família tomou outros rumos, nota-se, portanto, uma contínua transformação da estrutura, organização, crenças, valores e sentimentos envolvidos na instituição familiar. (SZYMANSKI, 2010).

Também Knobel (1996), diz que é na interação familiar que se configuram os traços da personalidade, em que os adultos são modelos que as crianças terão como referência, consequentemente os pais deverão oferecer a seus filhos exemplos concretos de como se orientar na vida. São os pais que vão dar ao filho as bases psicológicas e dinâmicas com as quais irá construir sua personalidade, é no lar que as pautas culturais e sociais são aprendidas.

Segundo Macedo (1994), sobre a função da família na socialização primária, a família é um pequeno grupo social, onde á fortes sentimentos de lealdade e afetos recíprocos, ocupando um lar. O que define a família são as funções desempenhadas por seus membros em suas inter-relações. Dessa forma, podendo assim apresentar-se como família, vários tipos de arranjos, com características de lealdade, afeição e durabilidade que tem como propósito: casal com filhos, casal sem filhos, avós, netos, tios, casais casados com filhos de outras relações, casais do mesmo sexo com filhos, todas são famílias no sentido de que tipo de família se trata.

A família é parte de um contexto mais amplo que é o sistema social, onde é fundamental na definição das características estruturais e funcionais da família, assim quando se fala de sobrevivência, necessidade e desenvolvimento estão se falando das finalidades básicas da família

que mudam em função da sociedade a qual fazem parte. A família, portanto, faz parte das funções, em que a transmissão dos valores dessa sociedade modela o próprio processo de socialização da criança no seu seio, cujo indivíduo se desenvolve, é amparado e protegido. (MACEDO, 1994).

Também Macedo (2004) refere-se à escola em relação à socialização secundária, onde uma das mais eminentes mudanças da sociedade ocidental contemporânea relaciona-se com a transformação da estrutura econômica e social, além da cultura que requer complexidade maior da vida urbana, sobretudo nas grandes cidades. Tais mudanças sociais dizem respeito também à participação maior das mulheres no mercado de trabalho e consequentemente tiveram que deixar seus filhos aos cuidados de creches, pré-escolas e escolas. Naturalmente, depois da família é na escola que as crianças permanecem mais tempo, dadas suas características e funções, em geral um importante espaço de avaliação das crianças, cujo comportamento está marcado pelas maneiras de ver cada família.

Ao nosso ver, não compete apenas à escola a função de educar mas também à família. E se esta hoje tem a sobrecarga da vida moderna (trabalho da mãe além do pai, falta de cuidado substituto para os filhos) é importante lembrar, entretanto, que não é o tempo que se está junto com os filhos, mas a maneira como se estabelece a relação com ele, o que importa. Se os filhos sabem que podem contar com os pais onde estiverem quando necessário, se os pais têm uma parte de seu tempo diário e de lazer reservado para dar atenção ou fazer um programa com os filhos, se os limites são estabelecidos com flexibilidade e justeza, sem culpas, ou necessidades compensatórias, pode-se esperar menor probabilidade de problemas. (MACEDO, 2004, p. 196).

A função da escola, semelhante à família é criar um espaço entre seus membros (administradores, orientadores, professores e alunos), que podemos chamar de espaços de aprendizagem onde se observam interações, cujo resultado é o aumento da competência dos estudantes, a par com o seu desenvolvimento. O contato com a família possibilita à escola o conhecimento do conceito que os pais têm de seus filhos. (MACEDO, 1994).

A importância da família em parceria com a escola no processo de ensino aprendizagem das crianças, descrever o que ambas as instituições têm em comum, que é o fato de prepararem as crianças para sua inserção futura na sociedade e continuidade da vida social.

Para Aranha (1996), várias instâncias da sociedade exercem a função de educar, entre as quais a família, a igreja, o trabalho, o lazer e os meios de comunicação, mesmo que a ação educacional desenvolvida por esses grupos sociais seja informal, no sentido de não obedecer as regras claras de como educar. Já na escola a educação é formal8, porque sugere que um grupo de professores e profissionais especialmente colocado para exercer determinadas funções e planejar um projeto de ação mais afetiva, mesmo quando a educação na família é intencional, decidida, não é tão organizada, planejada e ou controlada, como é (ou deveria ser) na escola.

Sobre a instituição escolar Aranha

(1996, p. 72) refere que a instituição escolar não existiu sempre, e sua natureza e importância variam no tempo, dependendo das necessidades sócio econômicas dos grupos em que esteve inserida.

Nas sociedades primitivas não haviam escolas, e a educação era exercida pelo conjunto dos membros que as constituíam, ou seja, a educação só era privilégio do segmento mais rico da sociedade, constituindo uma forma de fortalecimento do poder. (ARANHA, 1996).

Já nas sociedades atuais, segundo Szymanski (2010), a escola tem uma responsabilidade de ensinar (bem) conteúdos específicos de áreas do saber, escolhidos como sendo fundamentais para a instrução de novas gerações, mas assim como os conteúdos os educadores como membro adulto da sociedade, têm o dever de estabelecer um contato afetivo baseado no amor, respeito e confiança.

Segundo Oliveira (2008), há por vezes conflitos entre ensinamentos familiares e os propostos pela educação formal, como podemos observar nas creches e pré-escolas, como ocorre em situações cotidianas e em relação a valores e linguagens. A autora nos aponta aspectos para trabalhar a educação de modo produtivo nos estabelecimentos de educação no ensino fundamental l, onde se destaca a aproximação com as famílias. Os professores de educação no ensino fundamental l, devem considerar que o modelo de família nuclear, modificou-se, além disso, as condições de trabalho existentes em nossos dias, produzem problemas numerosos e diversificados a respeito da educação de nossas crianças e com isso as famílias estão em constante mudança.

Para Vokoy e Pedrosa (2005), a escola deve reconhecer a importância da família na construção dos alunos, pois os trabalhos junto às famílias devem levantar questões sobre as causas dos problemas de aprendizagem junto à familiar. Família e escola não podem ser vistas como obstáculos ou de disputa na educação das crianças, são instituições diferentes e necessárias na construção da criança como ser social, exigindo, pois, uma relação de apoio sem transferência de responsabilidade.

Para Machado (2000), no trabalho junto aos pais, o psicólogo, pedagogo e profissional da educação ao explicar e defender os objetivos educacionais, não deve impor sua visão de educação, mas orientá-lo no sentido do entendimento de sua intervenção, possibilitando a formação de grupo expressão e comunicação, para um melhor conhecimento da realidade da criança. (VOKOY & PEDROSA, 2005, p. 05).

Também Chraim (2009) destaca que a tarefa de ensinar e educar não são tão simples assim. Nesse período da vida acadêmica, que corresponde a Educação no ensino fundamental l, Ensino Fundamental II, Ensino Médio e até quem sabe o ensino Superior, é responsabilidade das instituições família e ensino (escola) zelar por programas que visem estimular e motivar os estudantes, oportunizando a todos a assimilação dos conteúdos e a interação com a vida escolar.

Há muitos fatores a serem levados em conta na relação família/ escola. A ação educativa dos pais difere necessariamente da escola, nos seus objetivos, conteúdos, métodos, no padrão de sen-

timentos e emoções que estão em jogo, na natureza dos laços pessoais entre protagonistas e, evidentemente, nas circunstâncias em que ocorrem. Os conflitos entre família e escola podem advir das diferenças de classes sociais, valores, crenças, hábitos de interação e comunicação. (SZYMANSKI, 2010).

A escola e a família são partes complementares ao sistema educativo, essas partes não devem ser oposição como é frequentemente, o professor não tem de substituir os pais, cada um tem sua função em educar. É certo que, bem antes da criança chegar à escola, o sucesso escolar é construído em casa, pois elas são o reflexo do que se aprende e vive na família. Portanto, a aprendizagem depende da forma de ajuda que a família pode proporcionar, tratando-se de interessar-se pela criança, o interesse não se trata em perguntar constantemente à criança: O que você fez na escola hoje ou como foi seu dia, mas é fazer a própria criança explicar o que se passa com ela, respeitar a sua necessidade de segredo e sempre estar disponível quando precisar. A escola é um meio da criança se privar ou não, pois é onde se constrói seus segredos, onde os pais estão longe e se vê sozinha nas realizações e comprimentos de tarefas e regras da escola e da sala de aula. (CHARMEUX, 2000).

Segundo Eveline Charmeux (2000, p.126), é inteiramente necessário, para o equilíbrio e o sucesso da criança, que esta veja seus pais se dirigirem às reuniões organizadas pelo professor, participar das quermesses, bingos, das festas e exposições que a escola propõe.

É importante que as duas partes trabalhem e colaborem juntas, pois são encarregadas do futuro da criança, onde tem a garantia de se sentir segura, aconchegada e com bem-estar em casa e na escola. (CHARMEUX, 2000).

Segundo Poliana & Dessen (2005) uns dos primeiros problemas encontrados para a compreensão dos mecanismos e estratégias de integração refere-se à definição do próprio termo envolvimento, aonde se tem mais dificuldades. Afinal, o que se entende por envolvimento entre família e escola? Dois aspectos dificultam a compreensão do termo, de acordo com Coleman e Churchill (1997).

O primeiro refere-se ao uso de definições amplas e muito diferenciadas do termo na literatura, onde são identificadas diferentes ações sobre a participação da família, por parte da escola. Por exemplo, oferecer aos pais informações e conceitos básicos sobre a evolução e desenvolvimento dos seus filhos, auxiliar os pais para orientarem e ensinarem seus filhos, no que diz respeito aos conteúdos e conhecimentos acadêmicos, proporcionando momentos de trocas de informações entre pais e professores, em reuniões estruturadas; realizar atividades em conjunto, para avaliar a criança ou implementar programas de apoio acadêmico ou social. O segundo aspecto refere-se à diversidade entre ambientes da família e da escola, além de reconhecimento de que esses dois contextos onde o aluno realiza sua aprendizagem são diferentes e diversificados, é importante também identificar e lidar com as similaridades e diferenças entre eles. (POLINA & DESSEN, 2005, p.306).

Segundo Szymanski (2010), o contato com a escola é fundamental para a

criação de um universo comum para a especificação de responsabilidade da família e da escola e para a capacitação de ambas para um bom desenvolvimento do projeto educativo para crianças e jovens. Deve-se notar que há, muitas vezes, o desejo de um encontro que resulte em mudança, para o bem da criança.

A família, em consonância com a escola e vice-versa, peças fundamentais para o pleno desenvolvimento da criança e consequentemente são pilares imprescindíveis no desempenho escolar. Entretanto, para conhecer a família é necessário que a escola abra suas portas, intensificando e garantindo sua permanência.

Porém, não existe uma fórmula mágica para se efetivar a relação família/escola, pois, cada escola e cada família tem uma realidade diferente. Igualmente, a interação família/escola se faz necessário para que conheçam sua realidade e construam coletivamente uma relação de diálogo mútuo, buscando meios de participação, colaboração, diálogo para que se concretize essa parceria, apesar das dificuldades e diversidades que se envolvem, onde possam promover maior aproximação, pode ser o começo de uma grande mudança no pensamento e no relacionamento entre a família e a escola (SOUSA, 2009).

Contudo, os pais devem participar ativamente, com responsabilidade e compromisso na educação de seus filhos, tanto em casa quanto na escola, e devem envolver-se nas tomadas de decisão e em atividades voluntárias, sejam permanentes ou não, dependendo de sua disponibilidade. No entanto, cada escola, em conjunto com os pais, devem encontrar formas de relacionamento que sejam compatíveis com a realidade de pais, professores, alunos e

direção, a fim de tornar estes espaços escolares, físicos e psicológicos em um objetivo de crescimento e desenvolvimento em todos os segmentos na vida social de nossas crianças. (POLINA E DESSEN, 2005).

CONCLUSÃO

Neste trabalho abordamos aspectos que trouxeram discussões e reflexões sobre a importância da parceria entre a família e a escola na educação no ensino fundamental I, focalizando como a família pode influenciar de maneira positiva ou negativa na aprendizagem da criança. Através desta pesquisa, pudemos compreender, principalmente ancorados nos estudos de Ariès (1981), a história da construção social do conceito de família ao longo dos anos. Nessa história observamos que por muito tempo perdurou-se a falta da afetividade e de uma preocupação com a infância, uma vez que a criança era inserida no mundo adulto, sem nenhuma preocupação com relação a sua formação.

Ariès (1981) contribuiu para que pudéssemos observar a evolução do processo educacional da criança, em que primeiramente o trabalho doméstico se confundia com a aprendizagem, como forma comum de educação. A educação não era função da escola e sim da família de introduzir os conhecimentos necessários para a criança conviver na sociedade. Neste sentido, como nos aponta Kramer (2003), a concepção de infância tal como compreendemos hoje é entendida como

categoria social e categoria da história humana.

Através desta pesquisa, pudemos compreender que desde os primeiros anos de vida, a criança começa a participar do processo de ensino aprendizagem dentro do seio da família, ou seja, onde suas primeiras ações são desenvolvidas e significadas pelo meio social em que está inserida, posteriormente a criança passa a ser inserida gradativamente no ambiente escolar e então ambas as instâncias (família e escola) passam a ser corresponsáveis pelo processo educacional da criança.

Neste sentido, consideramos que, sendo a escola e a família instituições responsáveis pelo processo de formação da criança, devem trabalhar em parceria respeitando-se as suas especificidades.

A contribuição de Szymanski (2010) possibilitou compreendermos que a escola e a família são diferentes e cada uma têm a finalidade de transmissão de saberes, hábitos e conhecimentos. Da mesma forma, utilizamos os estudos em Macedo (1994) sobre a função da família como educação primária e educação secundária, em que a escola têm o papel fundamental de complementar o da família.

Tanto em casa quanto na escola é preciso que conheçam a realidade da criança em cada um desses espaços e construam juntas uma relação de diálogo mútuo, buscando meios para que se concretizar essa parceria, apesar das dificuldades e diversidades que se envolvem, o diálogo promove uma maior aproximação e pode ser o começo de uma grande mudança no relacionamento entre a família e a escola. (SOUZA, 2009).

Contudo concluímos que a educação é construída a cada dia, a cada minuto desde os primeiros passos da criança, sempre com segurança e

coerência ao seu desenvolvimento. Para tanto, é preciso comprometimento e responsabilidade por parte da família e da escola, para possivelmente, alcançarem sucesso na formação social da criança.

É preciso investir em mais pesquisas concretas sobre a parceria entre família e escola, incluindo a realização e divulgação de projeto que tenham como objetivo desenvolver ações que promovam tal parceria e possibilitem mostrar como esse envolvimento entre a família e a escola pode promover impactos positivos no processo educacional da criança, principalmente em se tratando da educação no ensino fundamental I, em que essa parceria é fundamental. A família e a escola são as bases para construção do sujeito, em que a criança se apoia e tem como exemplo para vida toda.

REFERENCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Historia da educação. 2. ed. São Paulo:

Moderna, 1996.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio De Janeiro:

Editora LCT, 1981.

BRASIL, Lei Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/DF: Senado Federal 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96 – LDB. Brasília: Congresso Nacional, Ministério da Educação e Cultura, 1996.